

INDÚSTRIA E DESCONCENTRAÇÃO METROPOLITANA EM CURITIBA – ESTADO DO PARANÁ/BRASIL

Olga Lúcia C. de Freitas Firkowisk (*)

A industrialização paranaense sempre foi fortemente concentrada em Curitiba e seu em torno, parte considerável das ações do Governo Estadual para industrializar o Paraná, voltaram-se para esse espaço. Tal pode ser observado em dois momentos distintos de intervenção do Estado no processo de industrialização, respectivamente, a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Cidade Industrial de Araucária (CIAR) na década de 70, e os incentivos concedidos na década de 90 com vistas à atração de novos investimentos e a implantação do pólo automotivo metropolitano.

Nesse dois momentos a ação do Estado foi decisiva, e devem ser interpretadas à luz do crescente processo de internacionalização da economia brasileira. Tanto é verdade que a intenção primeira da CIC era promover a industrialização a partir da atração de capitais externos, fato que novamente volta a ocorrer na década de noventa com intensidade capaz de alterar a estrutura produtiva industrial da metrópole, que já se esboçava desde a década de setenta.

A diferença fundamental entre esses dois momentos, é a sua espacialidade. Enquanto no primeiro Curitiba e Araucária apresentavam-se como localização preferencial dos investimentos, na década de noventa é São José dos Pinhais de modo mais expressivo, seguida por Campo Largo, que assumem tal posição.

Igualmente dá-se um reforço do processo concentrador no espaço metropolitano, principalmente quando se analisa o montante de investimentos anunciados para o Paraná e sua distribuição entre Região Metropolitana e Interior. Tal análise pode ser feita a partir das informações da Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico (SEID), relativas aos 156 Protocolos de intenção assinados entre Governo do Estado e empresas, até outubro de 1999, visando a adesão ao Programa Paraná Mais Empregos¹, esses investimentos totalizam cerca de R\$ 7 bilhões de reais e 48.000 empregos diretos.

Para se ter uma idéia mais precisa da distribuição espacial desses novos investimentos, procedeu-se a uma análise a partir de três variáveis, quais sejam: montante de capital a ser investido, número de empregos diretos a ser criado e total de estabelecimentos, sempre considerando a localização na Região Metropolitana de Curitiba e no Interior.

O resultado demonstra que a localização na Região Metropolitana é predominante quanto ao montante de investimentos, respondendo por 66% do total de investimentos anunciados para o conjunto do Estado, quanto ao número de estabelecimentos, com 57%, e equilibra-se com o Interior em relação ao número de empregos, respectivamente, 49% para a RMC e 51% para o Interior.

Conclusões interessantes são possíveis ainda, quando se analisa os gêneros industriais que se localizam em cada um dos recortes espaciais especificados anteriormente. Desse modo, utilizando-se a classificação de TORRES (1993), que distribui os gêneros industriais em três grupos: *indústrias de bens intermediários*; *indústrias tradicionais* e *indústrias tecnológicas*, pode se ter uma visão qualitativa da nova estrutura produtiva, diferenciando de forma nítida o tipo de industrialização caracteristicamente metropolitana de um outro, do interior.

Na categoria de *indústrias de bens intermediários* o Autor engloba os gêneros: minerais não metálicos, metalúrgica, papel e papelão e química; na de *indústrias tradicionais* os gêneros madeira, mobiliário, couros e peles, têxtil, vestuário, produtos alimentares, bebidas, fumo, editorial e gráfica e diversas e na de *indústrias tecnológicas* os gêneros mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte, borracha, farmacêuticos, perfumaria, sabões e velas e produtos de matéria plástica.

(*) Departamento de Geografia - Universidade Federal do Paraná – Curitiba - Brasil

¹ Trata-se de Programa do Governo do Estado do Paraná, voltado ao estímulo à implantação de unidades industriais, através da dilatação do prazo de recolhimento do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Os principais objetivos do Programa são: “- estimular novos investimentos industriais no Paraná, - oferecer condições de integração de cadeias produtivas prioritárias ao interesse econômico e social do Estado; - permitir a desconcentração industrial/regional; - estimular a criação de fornecedores de partes, peças e componentes dos gêneros mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e química; - apoiar a modernização tecnológica e o desenvolvimento de novos produtos, financiando gastos com pesquisa e desenvolvimento contratados em instituições localizadas no Estado; - incentivar o investimento através da apropriação total dos créditos de ICMS pagos na aquisição ou transferência de bens de capital. “ (Programa Paraná Mais Emprego, Governo do Estado do Paraná, pag. 2).

Sua distribuição entre RMC e Interior se dá conforme pode-se observar no Gráfico 01, com nítido predomínio das indústrias tecnológicas nessa nova fase de industrialização do Paraná. Cabe, contudo salientar, que a parte mais significativa dos investimentos em indústrias tecnológicas tem a Região Metropolitana como localização predominante, conforme pode ser observado no Gráfico 02.

As *indústrias tecnológicas*, capitaneadas pelo gênero material de transportes destacam-se em razão da instalação de três importantes montadoras de veículos na RMC, quais sejam, Renault, Chrysler e Audi/Volkswagen e de vários de seus fornecedores. Isso evidencia uma mudança no tipo de indústria que tem se localizado principalmente na RMC, com a emergência de gêneros pouco expressivos ou até então inexistentes em sua estrutura produtiva. Os gêneros classificados na categoria *indústria tecnológica*, apresentam como características a grande participação do capital estrangeiro e a aplicação intensiva de tecnologia no processo produtivo.

As *indústrias tradicionais*, por sua vez, localizam-se predominantemente no interior do Paraná, com grande incidência dos gêneros produtos alimentares, madeira e têxtil que, a exceção deste último, sempre foram característicos da estrutura industrial paranaense.

Deve-se ressaltar, portanto, que os gêneros industriais predominantes no Interior são qualitativamente diferenciados daqueles localizados na RMC. No Interior dá-se um reforço da antiga estrutura industrial produtiva, com a participação dos setores diretamente ligados à agropecuária. É o caso, dentre outros, do gênero produtos alimentares, representado pelos investimentos do Grupo Meneguette, Dagraña, Comaves, Globoaves, responsáveis por grande parte dos empregos a serem criados e, em sua maioria, de capitais nacionais. São setores que se caracterizam pelo uso de mão de obra intensiva, daí a grande participação do interior no número de empregos.

Porém quando se trata da concentração na Região Metropolitana de Curitiba, é fundamental ressaltar, que os investimentos a ela dirigidos não se distribuem de forma equilibrada entre os seus 25 municípios componentes, mas entre apenas onze deles, de modo geral, e com concentração expressiva em apenas seis [São José dos Pinhais, Fazenda Rio Grande, Curitiba, Quatro Barras, Pinhais e Mandirituba] se considerado o número de estabelecimentos; quatro [São José dos Pinhais, Campo Largo, Curitiba e Araucária], se considerado a representatividade dos capitais investidos e quatro [São José dos Pinhais, Curitiba, Mandirituba e Campo Largo] se considerado o número de empregos.

Fonte: Secretaria da Indústria, Comércio e do Desenvolvimento Econômico - PR, 1999

Gráfico 01 - Paraná: Distribuição dos novos investimentos por tipo de indústria

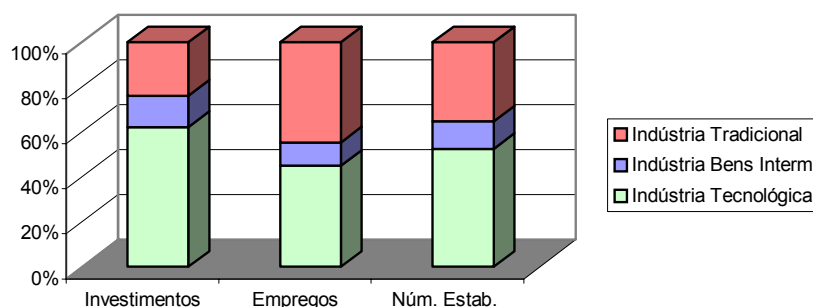
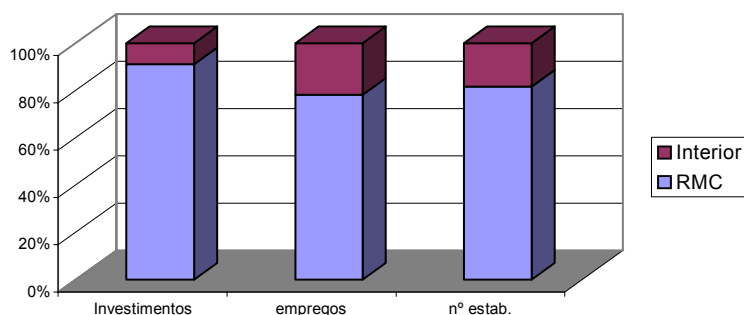


Gráfico 02 - Paraná: Distribuição dos Investimentos em Indústrias Tecnológicas



É importante ressaltar que parte significativa dos investimentos destinados à Curitiba referem-se a ampliação de unidades já existentes, tal é o caso da Bosch, da Volvo e da Spaipa, o que só vem a reforçar a idéia de uma diferente participação de Curitiba na nova dinâmica econômica que se estabelece nos anos 90.

A metropolização em Curitiba: da espacialidade "dada" à espacialidade produzida pela desconcentração

A análise da dimensão metropolitana em Curitiba envolve dois recortes espaciais distintos, o primeiro ora denominado de *espacialidade "dada"*, refere-se àquele institucionalmente definido como a Região Metropolitana de Curitiba, composta atualmente por 25 municípios com distintos graus de integração, concentração de população e força de trabalho e participação na vida econômica da Região e do Estado. O segundo, diz respeito a *espacialidade produzida* no interior da primeira, que compõem aquilo que se poderia identificar como a área onde de fato ocorrem relações metropolitanas de distintos níveis e abrangência, características do processo de metropolização.

Curitiba transforma-se em Região Metropolitana nos anos 70, no bojo de uma política nacional de desenvolvimento urbano, intimamente relacionada à expansão das multinacionais como forma de produção industrial e à metrópole como *locus* de tal processo. A inclusão de Curitiba no conjunto das metrópoles criadas naquele momento, teve sinais de fragilidade, haja vista alguns autores² apontarem o eixo formado pelas cidades do norte do Estado do Paraná, notadamente Londrina e Maringá como sendo de maior representatividade as relações metropolitanas. Tal ocorreu também em outros Estados do país, fato porém é que as nove Regiões Metropolitanas tinham como sede as capitais de seus respectivos Estados.

Nesse contexto, com base na Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1973, institucionalizam-se as nove Regiões Metropolitanas brasileiras, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro (após a unificação com a Guanabara), Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.

À época, a Região Metropolitana de Curitiba era composta por 14 municípios: Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Contenda, Curitiba, Mandirituba, Piraquara, Quatro Barras, Rio Branco do Sul e São José dos Pinhais, que em conjunto, segundo dados do IBGE, totalizavam 821.233 habitantes. O município de Curitiba contava com 609.026 habitantes, ou seja, participava com 74% do total da população da Região Metropolitana e com 9% da população do Estado do Paraná. A RMC, por sua vez, concentrava 12% da população do Estado.

Em 1980, a população de Curitiba era de 1.024.975 hab., o que representava aproximadamente 71% da população da Região Metropolitana, e 13% da população paranaense. Nesse momento a Região Metropolitana concentrava 19% da população do estado, um crescimento de praticamente 50% em relação à década anterior.

Nos anos 90, mais precisamente em 1991, a situação era a seguinte: Curitiba contava com 1.315.035 hab., o que significava 64% da RM, no entanto, a RMC passava a responder por 23% da população do Estado, nota-se um início de modificação de tendência, onde o crescimento da população na RMC

² FRANCISCONI e SOUZA (1976).

continua, porém seu ritmo é maior fora do município sede. Esse fato fica mais evidente no ano de 1996, quando a Região Metropolitana passou a concentrar 27% da população paranaense, enquanto diminuiu a participação de Curitiba no conjunto, passando a de 61%, conforme pode ser observado na Tabela 01. Os resultados das projeções oficiais para o período 2000-2010, também confirmam esta tendência, quando, concomitante à redução da participação de Curitiba na RMC, dá-se o aumento da participação da RMC no conjunto do Estado do Paraná, revelando um processo de concentração da população paranaense na RMC, ao mesmo tempo que um processo de desconcentração interna ao espaço metropolitano, onde Curitiba concentra proporcionalmente menos população.

Tabela 01 - Evolução Percentual da População de Curitiba na Região Metropolitana de Curitiba (RMC) e da RMC no Estado do Paraná, 1940 -2010.

	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Curitiba na RMC	69%	59%	71%	74%	71%	64%	61%	58%	50%
RMC no Paraná	16%	14,5%	12%	12%	19%	23%	27%	29%	35%

Fonte: Censos Demográficos, 1940-1991. Contagem da População, 1996, IBGE, Projeções da População Municipal para 2000 e 2010, IPARDES/IBGE, 2000.

Em meio a esse processo de concentração populacional, onde, na atualidade, três em cada dez paranaenses moram na Região Metropolitana de Curitiba, ocorreram também mudanças significativas em sua configuração espacial.

O crescimento dos demais municípios, que não o sede, tem se dado a uma taxa mais acelerada, no entanto, é no período 1980/1991, que a diferença é significativamente maior, sendo de 2,28 em Curitiba para 6,40 nos demais municípios.

Configura-se, assim, um processo concentrador no em torno de Curitiba, o que redundou, no decorrer da década de 90, numa reorganização espacial da RM, havendo o desmembramento de alguns municípios, particularmente daqueles localizados nos limites com Curitiba, justamente em função do grande aumento populacional e também, e não menos importante, em razão de interesses políticos.

Outro fator explicativo de tal crescimento no em torno de Curitiba parece ser o próprio processo de planejamento e uso do solo, o qual não ocorre nos demais municípios da RM, fazendo com que parte da população (principalmente aquela composta por imigrantes atraídos para Curitiba e que não conseguem se instalar na sede) se instale nos municípios limítrofes, em áreas desprovidas de infra-estrutura, ampliando as massas de desempregados ou, quando inseridos no mercado de trabalho, constituindo as cidades dormitórios.

Conforme salientado anteriormente, quando de sua criação em 1973, eram quatorze os municípios componentes da RMC, no entanto, como resultado do processo concentrador demonstrado, a população passou a buscar, paulatinamente, outras áreas que não o município sede, levando a mesma a se alojar em municípios vizinhos, muitas vezes criando aglomerações urbanas na faixa de contato com Curitiba. Nesse contexto, alguns novos municípios foram criados, num processo de *fragmentação* das unidades municipais existentes.

Tal foi o caso dos municípios de Pinhais, desmembrado de Piraquara, Fazenda Rio Grande, desmembrado de Mandirituba, Tunas do Paraná desmembrado de Bocaiúva do Sul e Itaperuçu desmembrado de Rio Branco do Sul, todos no ano de 1993 e mais recentemente Campo Magro desmembrado de Almirante Tamandaré em 1997.

Além desse, outro processo pode ser notado, é aquele que se pode denominar de *incorporação*, caracterizando-se pela incorporação à Região Metropolitana, de municípios já existentes mas que não faziam parte da mesma, foi o que ocorreu com Adrianópolis, componente da RM desde 1994, Doutor Ulysses, incorporado em 1993, Cerro Azul em 1994, Tijucas do Sul e Quitandinha, em 1995 e Agudos do Sul em 1998.

Com essas modificações, a Região Metropolitana de Curitiba passou a se estender da divisa do estado de São Paulo à divisa do estado de Santa Catarina, fazendo com que áreas distantes e com frágeis ou inexistentes laços e fluxos de relações passassem a compor uma mesma Região e que, na maioria dos casos, pouco compartilham da dinâmica e da vida metropolitana, ver Figura 1.

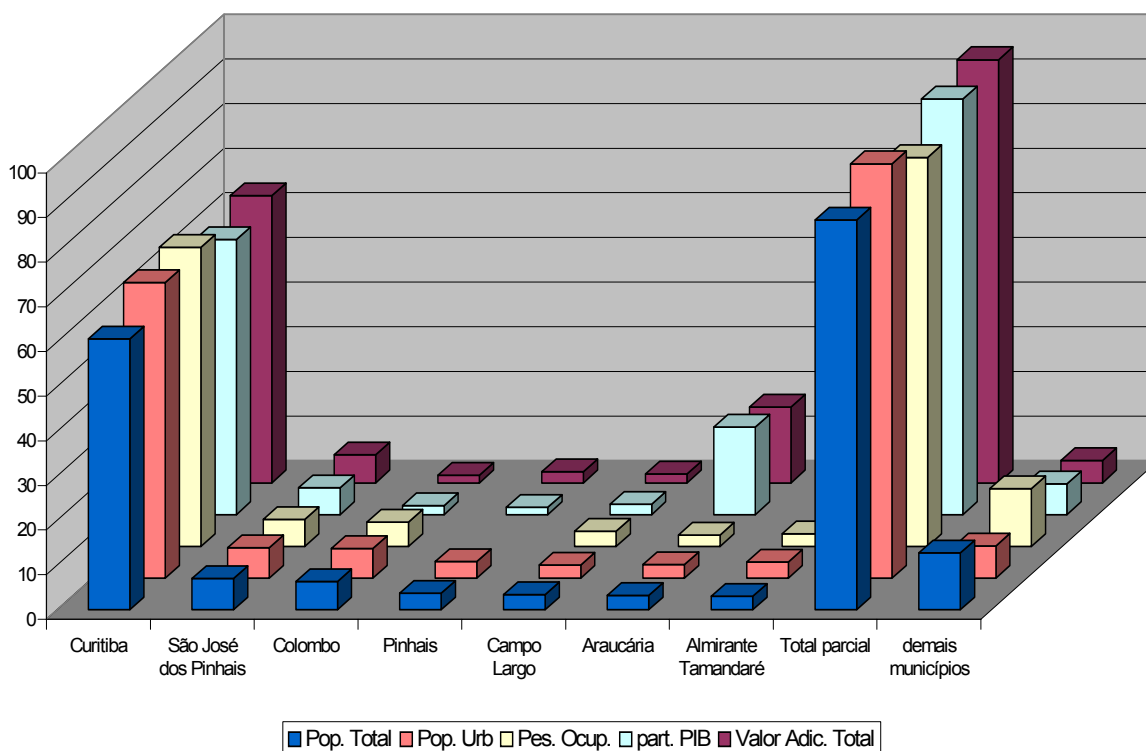
Observa-se, por exemplo, o inexpressivo acréscimo populacional que os municípios oriundos do processo de incorporação imprimiram à RMC, os cinco³ municípios respondiam, em 1996 (IBGE), por uma população total de 55.724 habitantes, o que corresponde a apenas 2,3% da população total da RMC.

Desse modo, verifica-se em Curitiba que, a partir da ação do poder público estadual, ocorreu uma ampliação da Região Metropolitana institucionalizada, que, no entanto, não reflete a dinâmica metropolitana existente. Apenas uma mancha central, compartilha dos “serviços comuns” que, segundo a Lei Complementar nº 14, caracterizariam a relação metropolitana, na medida em que ultrapassam os limites de um município.

Assim, configuram-se dois limites territoriais para a RM, um de direito, envolvendo todos os atuais 25 municípios e estendendo-se no sentido norte-sul, desde o estado de São Paulo até o de Santa Catarina, aqui denominado de *espacialidade “dada”* e outro, de fato, atingindo uma pequena área central, e que demonstra a expansão da mancha urbana de caráter verdadeiramente metropolitano, conforme pode ser observado na Figura 1.

Essa *espacialidade produzida* no interior da Região Metropolitana, caracteriza-se por forte concentração das pessoas, das atividades e das riquezas⁴, em seis municípios além de Curitiba, quais sejam: São José

Gráfico 03 - Concentração populacional e econômica no espaço metropolitano



dos Pinhais, Colombo, Pinhais, Campo Largo, Araucária, Almirante Tamandaré e Fazenda Rio Grande, conforme pode ser observado no Gráfico 03.

Fonte: Contagem da População Brasileira, 1996; Censo Demográfico Mão de Obra, Resultado da amostra Paraná, 1991; IPARDES, 1996 e Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná, 1996.

³ O município de Agudos do Sul não foi incluído.

⁴ Características fundamentais do processo de metropolização segundo ASCHER (1995).

Assim, selecionou-se alguns elementos que pudessem ser representativos para evidenciar a grande concentração que ocorre no interior da Região Metropolitana, e que, ao se combinarem, produzem uma nova espacialidade, diferente da primeira, e que aqui tem sido reconhecida como aquela de características verdadeiramente metropolitana. Os elementos selecionados foram: população total, população urbana, pessoal ocupado, participação no PIB e participação no Valor Adicionado Total, considerando-se como valores totais aqueles relativos à Região Metropolitana com seus 25 municípios.

Desse modo, os sete municípios citados respondem por 87,3% da população total da RMC; 92,8% da população urbana; 87,1% do pessoal ocupado; 93,1% do PIB e 94,8% do Valor Adicionado Total, além de concentrarem significativa parcela da infra-estrutura viária e de comunicações. Enquanto isso, os demais municípios em conjunto, dezoito no total, participam com 12,7% da população total; 7,2% da população urbana; 12,9% do pessoal ocupado; 6,9% do PIB e 5% do Valor Adicionado Total.

Esses dados demonstram a necessidade de se diferenciar os dois recortes espaciais ora trabalhados, de modo a que não se confunda a Região Metropolitana institucionalmente constituída (*espacialidade dada*), com o espaço metropolitano produzido em seu interior (*espacialidade produzida*); ou, poderíamos dizer, que não se confunda a perspectiva regional da RMC, com a urbana de caráter metropolitano, pois ambas demandam diferentes políticas de intervenção.

Esta última, a *espacialidade produzida*, deve ser compreendida a partir da lógica oriunda de Curitiba, ou seja, não é por acaso que os seis municípios citados, são vizinhos a Curitiba. Pode-se afirmar que eles crescem⁵ justamente porque o processo de crescimento de Curitiba já não está mais contido em seus limites político-administrativos, portanto, trata-se da expansão de Curitiba, ou como preferimos denominar, de sua desconcentração.

Nessa perspectiva de análise, não há contradição, não há perda da cidade central – Curitiba, em relação ao seu em torno, seja de indústria, seja de população. As grandes cidades de hoje não cabem mais nas delimitações rígidas e fixas que lhes foram definidas no passado, não é a existência de um limite político administrativo que vai alterar sua lógica de crescimento e de distribuição das atividades e pessoas.

A constituição das metrópoles nesse final de século é reveladora dessa lógica, onde a totalidade metropolitana é que tem sentido, e não o movimento independente das cidades.

Os novos dilemas da metrópole desconcentrada

Diante do exposto, parece claro que Curitiba assume uma nova condição de cidade, muito mais complexa do que anteriormente. Restam portanto algumas indagações de vital importância para que seu futuro seja pensado:

- Que projeto de cidade deve-se pensar em face da nova realidade, qual seja, a da desconcentração?
- Podemos prosseguir reforçando estruturas de poder tradicionais bem como os instrumentos clássicos de controle e intervenção, quando a realidade nos apresenta outras demandas?

Faz-se mister refletir sobre a gestão metropolitana integrada e a necessidade de enfrentamento de problemas metropolitanos, algumas aliás, nem tão novos assim, dentre os quais podemos destacar transporte, habitação, emprego, água e lixo.

Nesse contexto, parece-nos muito apropriada a definição de Governance urbana elaborada por ASCHER (1995:269), "*Sistema de governo que articule e associe instituições políticas, atores sociais e organizações privadas, nos processos de elaboração e de viabilização das escolhas coletivas, capazes de provocar uma adesão ativa dos cidadãos*".

Dessa forma acreditamos, ainda apoiada no referido Autor, que o futuro das cidades deve ocupar posição de destaque no debate político na atualidade, de modo a que se tenha a capacidade de criar novos instrumentos e novas perspectivas de compreensão e gestão desse espaço urbano/metropolitano que se torna mais complexo a cada dia.

BIBLIOGRAFIA CITADA

ASCHER (1995) , F. *Metápolis ou l'avenir des villes*. Paris, Odile Jacob, 1995.

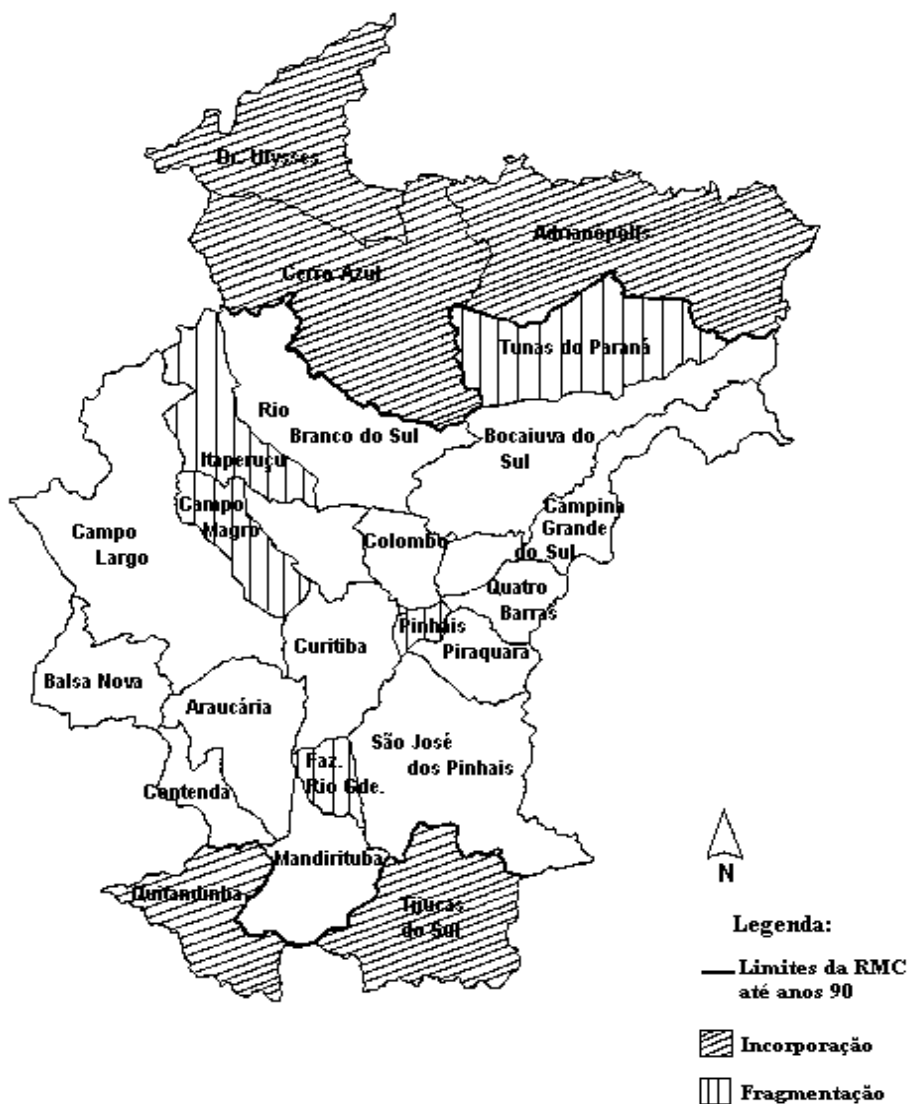
⁵ O sentido de crescimento ora utilizado refere-se apenas a constatação de que houve elevação nos índices analisados, sejam eles populacionais ou econômicos.

FRANCISCONI, Jorge e SOUZA, Maria A. A. Política nacional de desenvolvimento urbano. Estudos e proposições alternativas. Brasília, IPEA, Série Estudos para o Planejamento n 15, 1976.

TORRES, Haroldo da G. Indústrias sujas e intensivas em recursos naturais: importância crescente no cenário industrial brasileiro. In: MARTINE, G. (org.), População, Meio ambiente e desenvolvimento. Verdades e contradições. Campinas, Ed. da UNICAMP, 1993, pp. 43-63.

Figura 1

REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - 1997



Fonte: COMEC, 1997
Org. Olga Lúcia C. de Firkowski

Escala aproximada:
0 6,5 13 19,5 26 Km